

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.336.731 - SP (2018/0191847-6)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : SILVIO CESAR SANCHES
ADVOGADOS : HAMILTON NETO FUNCHAL - DEFENSOR PÚBLICO -
MG114541
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial em desfavor de decisão que inadmitiu o recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que o réu foi condenado como incurso no artigo 155, *caput*, cc. com artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal (furto tentado), ao cumprimento de pena privativa de liberdade de nove meses de reclusão, em regime inicial aberto, bem como ao pagamento de sete dias-multa, aquela pena convertida em restritiva de direitos.

Interposto recurso pela defesa, foi este desprovido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por maioria de votos, vencido o relator, que dava provimento ao apelo para absolver o apelante (e-STJ, fl. 144/160).

Opostos embargos infringentes, foram estes rejeitados (e-STJ, fls. 199/206).

Na petição de recurso especial, a parte recorrente alega violação ao art. 155, do Código Penal.

Postula que seja reconhecida a atipicidade material de sua conduta, absolvendo-o da imputação contida na denúncia.

Subsidiariamente, requer que seja reduzida a pena em 2/3, na forma do art. 155, § 2º, do CP (furto privilegiado).

Decisão de inadmissibilidade do recurso especial às fls. 23/236 afirmando que se encontra presente o óbice das Súmulas n. 7/STJ e n. 284/STF.

Agravo em recurso especial às fls. 239/245.

Contraminuta ao agravo em recurso especial às fls. 249/253.

Parecer ministerial proferido nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl.

278):

AGRAVO. RECURSO ESPECIAL. FURTO. INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. PERICULOSIDADE DO AGENTE. BEM QUE POSSUI VALOR CONSIDERÁVEL. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. FURTO PRIVILEGIADO. DOSIMETRIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. DESPROVIMENTO DO AGRAVO.

1. Na presente hipótese, com efeito, não houve o preenchimento de todos os vetores para aplicação do princípio da insignificância.

2. Não se verifica, por exemplo, no caso em apreço, a ausência de periculosidade do agente, uma vez que o delito de furto foi praticado na garagem da residência da vítima, o que demonstra maior audácia no cometimento do delito. Na ocasião, o agente, clandestinamente, subtraiu bateria de automóvel. Ademais, o valor da res furtiva não se revela tão baixo assim (R\$ 180,00). Precedentes.

3. Por derradeiro, no caso em análise, verifica-se, de leitura detida do caderno processual, que o Tribunal de origem não se pronunciou sobre a pena de multa ou redução da pena em decorrência da incidência do tipo privilegiado do furto. Nesse passo, constata-se, quanto aos mencionados pontos, a ausência do devido prequestionamento.

4. Parecer pelo desprovimento do agravo.

É o relatório. Decido.

Conheço do agravo eis que tempestivo e impugnou os fundamentos da decisão recorrida.

Passo à análise do recurso especial.

Não merece provimento a pretensão recursal.

Primeiramente, a parte recorrente postula que seja aplicado à hipótese o princípio da insignificância.

Quanto ao tema, o Tribunal de origem consignou (e-STJ, fl. 150):

*Ademais disso, no caso dos autos, trata-se de tentativa de furto, no qual o réu, adentrou clandestinamente na garagem da residência da vítima e retirou a bateria do automóvel VW/Fusca, **avaliada em R\$180,00 (cento e oitenta reais)**, colocando-a em uma caixa de papelão. A esposa da vítima percebeu o barulho, avistou o réu e acionou a Polícia Militar, que o prendeu, na posse da res. Apesar da restituição do bem, não há que se falar em insignificância da conduta.*

Com efeito, "segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o

princípio da insignificância tem como vetores a mínima ofensividade da conduta, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica provocada." (AgRg no HC 448.381/MS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 04/02/2019)

E ainda, *"nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é "incabível a aplicação do princípio da insignificância quando o montante do valor da res furtiva superar o percentual de 10% do salário mínimo vigente à época dos fatos"* (AgRg no REsp 1.729.387/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 09/05/2018)." (HC 465.702/MS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 19/12/2018)

No caso concreto, o réu tentou subtrair uma bateria de automóvel avaliada em R\$ 180,00, valor que supera 10% do salário mínimo, à época vigente (R\$ 678,00).

Neste sentido:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NÃO INCIDÊNCIA. RESTITUIÇÃO DO BEM. RAZÃO INSUFICIENTE PARA A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO.

1. O Supremo Tribunal Federal consagrou o entendimento de que, para a aplicação do princípio da insignificância, devem estar presentes, cumulativamente, as seguintes condições objetivas: a) mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) reduzido grau de reprovabilidade do comportamento do agente; e d) inexpressividade da lesão jurídica provocada.

2. **Não há como se aplicar o referido princípio, uma vez que os bens subtraídos foram avaliados em R\$ 713,70 (setecentos e treze reais e setenta centavos), valor que não pode ser considerado insignificante, tendo em vista representar mais de 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente à época do fato (R\$ 880,00 - oitocentos e oitenta reais).**

3. "A restituição da res furtiva à vítima, na forma do entendimento consolidado desta Corte Superior, não constitui, isoladamente, motivo suficiente para a aplicação do princípio da insignificância" (AgInt no REsp n. 1.642.455/MG, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 23/5/2017, DJe 30/5/2017).

4. *Agravo regimental desprovido.*

(AgRg no AREsp 1368165/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 01/02/2019)

Quanto à tese trazida acerca da aplicação da benesse do furto privilegiado, destaca-se que não foi tal matéria debatida de forma específica na origem e não houve a oportuna provocação do exame da *quaestio* por meio de embargos de declaração, sendo patente a falta de prequestionamento, atraindo o óbice das Súmulas n. 282 e n. 356/STF.

Destarte, não merece provimento a pretensão recursal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inc. IV, alínea “a”, do Código de Processo Civil c/c o art. 3.º do Código de Processo Penal, nego provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

